
RESENHA

OLIVEIRA, Bernardo Carlos de; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. **Diálogos com a mãe Terra: sustentabilidade integradora**. Rio de Janeiro: Pachamama, 2021.

Giovana Marques Sobrinho¹
Ricardo Lebbos Favoreto²

Tema em voga na cena contemporânea, interessa a sustentabilidade a diversas áreas do conhecimento. “Diálogos com a Mãe Terra” veicula a preocupação com um mundo mais colaborativo, cooperativo, solidário. Sua editora, a carioca Pachamama, declara apoiar autores “que tenham compromisso com as transformações necessárias para uma sociedade mais igualitária, atuante e democrática” (Pachamama, 2023). Neste caso, trata-se de obra escrita a quatro mãos, por Bernardo Carlos de Oliveira e Luís Miguel Luzio dos Santos, ambos provenientes das ciências sociais. A obra decorre das experiências vivenciadas pelos autores no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, particularmente no Núcleo de Estudos da Complexidade (Complexus), meio no qual se desenvolveram o estágio pós-doutoral de Luís e o doutoramento de Bernardo.

Além da obra resenhada, Bernardo publicou, em 2014, “Consumo sustentável, o dilema consumo e desenvolvimento sustentável” (Oliveira, 2014), obra que discute a crise socioambiental enfatizando a questão do consumo e a visão “seccionada da realidade”. Desde 2011, tem contribuído com capítulos de livros, que enfocam questões como sustentabilidade, economia solidária, complexidade, solidariedade.

O interesse de Luís Miguel pelas questões econômicas, notadamente a economia solidária, permeia sua produção, algo que se pode notar em obras como “Ética e Democracia Econômica: Caminhos para a Socialização da Economia”, publicada pela Ideias e Letras (Luzio, 2020), “Da Economia à Ecosocioeconomia: Compreender para Transformar”, publicada pela Eduel (Luzio, 2019), “Pautas para outra Sociabilidade”, publicada pela Eduel (Luzio, 2015), “Socioeconomia: Solidariedade, Economia Social e Organizações em Debate”, publicada pela Atlas-Salta (Luzio, 2014), “Economia Solidária numa Pluralidade de Perspectivas”, publicada pela Eduel (Luzio, 2011), “Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional”, publicada pela Eduel (Luzio, 2010).

A tônica ambiental é recorrente nas publicações de Luís Miguel. Em publicação recente, por exemplo, na obra “Da Economia à Ecosocioeconomia”, o autor sinaliza o intento de se estabelecer uma conexão entre a economia e as dimensões social e ambiental, condensada no termo “ecosocioeconomia”. No prefácio, o economista e ex-senador Eduardo Suplicy anota em relação à obra: “ênfata os conceitos de como garantir o desenvolvimento humano com efetiva equidade, as formas de melhor compartilhar a prosperidade, a sustentabilidade, a garantia do equilíbrio ambiental, a economia verde includente e de como alcançar os objetivos de proporcionar maior grau de liberdade real e dignidade para todos na sociedade” (Suplicy, 2019, p.10). Destacadamente, a obra apresenta o que haveria de fundamental nas principais correntes econômicas – liberalismo, neoliberalismo, estruturalismo –, sublinha o importância

¹ Mestre em Administração (UEL). giovanamarques.adm@uel.br

² Professor Assistente no Departamento de Administração (UNESPAR). ricardo.lf@uel.br

de efetivar formas democráticas de participação da população nas decisões governamentais e explora a questão das limitações da economia de mercado, que justificariam a interposição de instrumentos de política econômica, como a expansão das oportunidades de microcrédito e de formas de economia solidária. Essa obra, qual a obra resenhada, também se pauta no pensamento complexo e na busca por propostas alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Em publicação ainda mais recente, “Ética e Democracia Econômica”, obra que antecede a resenhada, o autor complementa seu entendimento, abordando os principais modelos de economia e suas respectivas visões de democracia. O conceito de democracia econômica é trazido na obra como caminho para uma economia ampliada. Dada a incorporação da esfera política pela econômica, haveria uma urgência em reconsiderar as estruturas de poder e a própria democracia, ante o risco de um retrocesso às oligarquias. A democracia econômica perpassaria as organizações, que são hoje muitas e poderosas, muitas vezes mais que Estados. Apresentam-se, então, modelos de democracia organizacional que contemplam a preocupação com o bem comum e com a sustentabilidade. O recurso à ética e à democracia é concebido como caminho para lidar com os desafios contemporâneos ligados às demandas ambientais, econômicas e sociais.

“Diálogos com a Mãe Terra” é a obra seguinte, publicada um ano depois (no quadro de publicações de Bernardo, é o segundo livro do autor, lançado sete anos após o primeiro). Organiza-se a obra em sete capítulos. Presentes em todos eles, versos de músicas ou poemas convidam à reflexão.

A obra inicia-se com uma breve apresentação da trajetória dos autores e do programa da obra, disposta no primeiro capítulo, o introdutório. O segundo capítulo, “Pensamento *UnitasComplex*”, resgata a evolução do pensamento ocidental até os dias de hoje. Destaca-se como marca da era moderna o racionalismo científico, conduzido por nomes como Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, Francis Bacon e, principalmente, René Descartes e Isaac Newton. O modelo cartesiano-newtoniano compreenderia a realidade simplificando-a, enfatizando relações causais e pautando como critério de verdade aquilo a validação científica e, como critério de cientificidade, a validação pela razão, de acordo com um modelo próprio de racionalidade. As ciências sociais, colocam os autores, incorporaram a precisão das ciências naturais, o positivismo de Auguste Comte e o funcionalismo de Durkheim, que prezam a ordem, a previsibilidade, o controle. O resultado: um conhecimento construído a partir de uma racionalidade que separa e reduz para entender. A redução do todo e o enfoque nas partes criaram saberes cada vez mais especializados, e a ciência, com sua pretensão à “neutralidade” e à exclusividade na detenção do conhecimento válido, passou, progressivamente, a servir à técnica, reduzida ao imediato, e irresponsável frente a suas propostas.

Na Teoria Geral dos Sistemas (TGS), protagonizada pelo biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy, enxerga-se um contraponto ao paradigma dominante. À segmentação, às partes, à soberania dos indicadores quantitativos, a TGS opôs à inclusão, o todo, indicadores qualitativos ligados à conservação e a sustentabilidade. Além dos avanços fomentados, a abordagem empreendida pela TGS também fez avançar críticas, em razão de suas premissas – uma das principais, dirigida à consideração excessiva de constructos biológicos, relegando aspectos como poder, cultura e intencionalidade.

Na sequência, os autores descrevem o pensamento complexo, apresentado como emergente. A nova ideia visa distinguir sem separar e integrar a incerteza como parte da realidade. Um dos principais teóricos dessa linha de pensamento, Edgar Morin, ganha destaque nesse

ponto. Algumas ideias principais são sublinhadas: a apreensão da realidade depende da inter e da multidisciplinaridade; o caos é inerente à realidade; trabalha-se mais com probabilidades que com certezas objetivas; a subjetividade consiste em elemento fundamental; a premissa segundo a qual tudo se carrega de energias que interagem em fluxos e refluxos contínuos. O pensamento complexo apoiar-se-ia, conforme propõe Morin (2005), na obra “Introdução ao pensamento complexo”, citada pelos autores, em sete princípios.

Primeiro, o princípio sistêmico, que visa ligar as partes ao todo, reconhecendo-se que tudo está ligado numa teia interminável de relações, com elementos interdependentes. Segundo o princípio hologramático, que considera que o todo está nas partes e as partes, no todo – o indivíduo, por exemplo, está na sociedade, que está no indivíduo. Terceiro, o princípio do circuito retroativo, de acordo com o qual uma pequena causa pode gerar consequências ampliadas, a circularidade superando a ordem linear – em linha com noções como causalidade mútua e inter-relacionada. Quarto, o princípio da recursividade, que supera a noção linear de causa e efeito – a sociedade, produzida pelas interações entre indivíduos, retroagindo sobre os indivíduos e os produzindo também. Quinto, o princípio da autonomia e dependência, a realidade entendida como auto-organizativa, dependente da energia do meio para estabelecer um equilíbrio dinâmico, marcado pelo inacabamento, do que sucede que a ordem sempre se encontra aberta a novas interações, sendo, assim, simultaneamente, dependente e autônoma. Sexto, o princípio dialógico, conforme o qual a realidade se desenvolve por meio de embates, de entrelaço de ideias, na presença de complementaridades. O sétimo, o princípio do conhecimento, que entende que a reconstrução dos outros conhecimentos depende da cultura para se estabelecer.

Em sequência, os autores abordam no terceiro capítulo as diferentes definições de sustentabilidade, salientando suas vantagens e desvantagens, e, numa tentativa de compor as definições correntes com novas perspectivas, empreendem a conceituação do que denominam “sustentabilidade integradora”. Resgata-se que, ao longo dos anos, vários eventos, acordos mundiais colocaram em suas pautas a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Na interpretação dos autores, a sustentabilidade enfoca a coexistência entre as formas de vida diversas, de forma cíclica, não mais linear, com começo e fim, enquanto a noção de desenvolvimento sustentável tende a priorizar a esfera ambiental, num quadro de desigualdade substantiva entre as nações e de resistência dos grupos privilegiados em tocar os problemas mais graves da esfera social.

Os autores compartilham do ideal do Bem Viver, fundamentado em relações harmoniosas entre as diversas formas de existência. No bojo desse princípio, originário dos povos indígenas do Equador e da Bolívia, a sustentabilidade representaria o que é positivo, funcionando em benefício das comunidades, o equilíbrio das coisas para que nada falte nem no hoje, nem no amanhã, o viver bem, fruto de ações praticadas dia a dia. As proposições envolvidas soblevam as formas ancestrais de relação entre ser humano e natureza, as quais, historicamente, mostraram-se mais eficazes na conservação do meio ambiente. O desafio: alcançar um desenvolvimento sustentável integral, sem negar a diversidade cultural.

Entre as diferentes perspectivas envolvendo a sustentabilidade, realça-se a saliência de alguns macro-modelos, que se dividem em dois grupos: os reformacionistas e os transformacionistas. Os reformacionistas portam uma visão antropocêntrica do mundo, subsistindo nessa visão o domínio sobre a natureza como algo fundamental para o progresso. Do ponto de vista das empresas e dos governos, considera-se que os ajustes podem ser feitos por

meio de técnicas de gestão e certificações, sem a necessidade de mudanças profundas, o futuro visto em geral como ainda distante do presente. Para os transformacionistas, por outro lado, os problemas estão enraizados no estilo de vida capitalista. Daí a insuficiência de reformas, e a necessidade de mudanças radicais para que os sistemas sociais e ambientais sigam coexistindo. Segundo os autores, o binômio sustentabilidade/desenvolvimento sustentável, em meio a tantas definições que lhes são atribuídas, corre o risco de mergulhar em falta de sentido. A frouxidão a marcar os conceitos e seus preceitos teóricos teriam viabilizado o uso e a manipulação dos termos, talvez até de modo irresponsável, por políticos e líderes empresariais, atraídos pelo potencial enorme do binômio de enfrentar os desafios da humanidade.

O termo “sustentabilidade integradora”, que dá título ao quarto capítulo, propõe considerar a fundo as esferas componentes da noção de sustentabilidade. O intuito é compreender a sustentabilidade a partir da ideia de “teia”, ideia integradora, acrescentando-se aos primeiros fios, que incluíam as dimensões social, ambiental e econômica, conforme proposto por John Elkington, as dimensões cultural, territorial e política, tudo de modo interconectado.

Na perspectiva integradora, a sustentabilidade, na dimensão social, refere-se à necessidade de assegurar uma sociedade justa, que incorpora questões como igualdade de gênero, participação da comunidade, empregabilidade e qualidade de vida da população. No plano internacional, a cena é heterogênea, os países do norte global, mais resolvidos em relação aos problemas sociais mais graves, direcionando atenção à escassez de recursos naturais, e os países do sul global ainda fortemente enredados em problemas sociais. O paradigma social dominante, expressão aludida pelos autores, opera, assim, numa paisagem assimétrica, o que compromete sua extensão paradigmática. No Brasil, por exemplo, a despeito de ditames caucionados inclusive constitucionalmente, como o veiculado pelo Art. 225 da Constituição Federal, que preceitua “que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988), a garantia ao meio ambiente aguarda sua vez na fila, a preocupação ambiental persistindo de baixa prioridade na sociedade frente a demandas econômicas e sociais básicas ainda não atendidas (Borinelli; Lanza, 2011). Na dimensão ambiental, a sustentabilidade aplica-se ao manejo equilibrado dos recursos naturais, atrelado a ideias como ecoeficiência, ecodesign, sob o guarda-chuva da preservação das formas de vida diversas do planeta. E, na dimensão econômica, a sustentabilidade visa satisfazer as necessidades materiais da população, por meio da gestão de recursos públicos e privados. Como usualmente concebido, é necessária uma sintonia entre as três dimensões para alcançar soluções sustentáveis.

O acréscimo de dimensões é iniciado pelos autores pela dimensão cultural, pela qual se almeja tornar perceptível a diversidade de culturas presentes no mundo contemporâneo, abraçando-se o multiculturalismo como riqueza, que incrementa o potencial da espécie humana de ser e de fazer. Em lugar de homogeneização, fortalecem-se as identidades de cada povo. Na dimensão territorial ou espacial, a sustentabilidade toca a distribuição geográfica do desenvolvimento, para prevenir desequilíbrios sistêmicos. Nesse ponto, atenta-se para o avigoreamento da noção de biorregionalismo e de elementos conexos, como qualidade de vida, cooperação, descentralização e multiculturalismo. Na dimensão política, por fim, a sustentabilidade diz respeito à participação ativa do povo nos rumos da vida, em todos os espaços comunitários, não só no Estado. O ideal em vista consiste em uma democracia participativa, que exige mais oportunidades educacionais para todos.

Ademais, os autores adicionam a dimensão interior, que remete às relações psíquicas,

aos valores e comportamentos de cada ser humano diante da realidade – isso, na lógica da complexidade, que reconhece que a sociedade define os indivíduos, e os indivíduos, a sociedade. No fim do quarto capítulo, problematiza-se a ética, numa paisagem na qual o eu sobressai diante do nós. Os avanços técnicos dos últimos anos não teriam sido acompanhados pelo desenvolvimento da moral. O contexto geral seria mesmo de descaso com a autoanálise.

A sociedade de consumo toma conta da pauta do quinto capítulo. O consumo superaria a utilidade do produto consumido, o ato de compra servindo ao propósito de satisfação do prazer. Autores como Zygmunt Bauman e Don Slater são citados para construir o retrato da sociedade visada: a sociedade na modernidade líquida estruturando-se no consumo, o consumo como elemento da modernização industrial e cultural, como elemento do sistema capitalista. A análise do consumo, para os autores, indica que o mercado passou a prescrever valores e comportamentos ambientalmente insustentáveis, mascarados para os indivíduos. O que se apresenta para o consumidor é a “liberdade de escolha”, ligada a estratégias de obsolescência programada e de obsolescência perceptiva, pelas quais prazos de validade são estrategicamente programados e a substituição é induzida como forma de aceitação social.

Não por acaso, conjugados ao tamanho da população, os níveis elevados de consumo têm sido apontados como uma das principais causas dos problemas socioambientais atuais – substantivamente, em razão da forma como o marketing tem conduzido o consumo. O encargo da crise é creditado à onipresença do quadrimotor constituído por ciência, técnica, indústria (comércio, mercado) e Estado, legitimado pelo paradigma social dominante. Somente quando a sobrevivência organizacional futura ou a escassez de recursos são ameaçadas, colocam os autores, as organizações sensibilizam-se.

Distintamente, do consumo complexo nasce o *homo colaboratus*, título do sexto capítulo, que narra iniciativas voltadas para uma sociedade mais colaborativa. Uma das iniciativas descritas, deflagrada em 1989, ganhou a alcunha de *slow food*. Objetiva, entre outras coisas, a valorização de toda a cadeia alimentar. Outra é o veganismo, que se coloca contra a utilização de itens de origem animal, calcado nos princípios de não causar dano a nenhum ser consciente, garantir saúde ideal aos humanos e preservar e proteger o meio ambiente global. A iniciativa estabelece a premissa de entender o mundo interior para aprimorar o relacionamento com o planeta. Destacam os autores a crítica ao veganismo tecida por Teresa Mares e Devon Pena, que denunciam o privilegiamento de brancos em detrimento dos povos originários, e atentam para a conexão entre comer o que está disponível para você e o que está disponível para você depender, fundamentalmente, de quem você é.

Outra iniciativa descrita é a economia solidária, empreendimento de raiz não capitalista, orientado por elementos como a propriedade coletiva, a equidade, a solidariedade. A economia solidária baseia-se em uma administração descentralizada, horizontalizada e participativa. O propósito é gerar também um consumo solidário, refletido, algo semelhante àquilo a que alude a noção de consumo sustentável, termo que aparece nas discussões sobre desenvolvimento sustentável na esteira de *Brundtland*. O comportamento do consumidor sustentável sugere preocupação com o futuro, com a finitude dos recursos naturais, com as desigualdades sociais, com a sustentabilidade global. Outra iniciativa, a economia colaborativa ou compartilhada, aponta para um sistema socioeconômico que prioriza o compartilhamento de recursos humanos e físicos por pessoas e organizações distintas, possibilidade amplificada pela tecnologia da informação, que facilita as trocas.

O *homo colaboratus* busca, enfim, enfrentar os dispositivos capitalistas de controle,

reinventando processos em vista da vivência em coletividade. Seu modo de agir esteia-se no altruísmo, na empatia. Trata-se de um ser em permanente construção. A despeito de soarem utópicas, as iniciativas descritas pelos autores são concebidas como factíveis, e justificáveis dada a potencialidade de guiarem a uma sociedade menos excludente, mais colaborativa.

O último capítulo intitula-se “Vamos semear juntos”, e traz os desafios do tempo presente envolvidos na superação de um sistema capitalista que tem levado muitos ao abismo. A aposta é no ser humano colaborativo, que valoriza a sustentabilidade em todas as suas dimensões – para além das dimensões ambiental, social e econômica, dimensões outras, como a política, a cultural, a territorial, a interior. As iniciativas apresentadas no sexto capítulo são concebidas como formas possíveis de intervenção. A obra encerra-se, assim, como uma tentativa de estimular reflexões sobre novas formas de viver em sociedade, fomentando a responsabilidade de cada indivíduo por semear um mundo mais sustentável.

O texto que se tem em mãos é compreensível por leitores de diversas formações acadêmicas – e pelo público em geral. A sustentabilidade é inserta na obra em discussões amplas – sobre o pensamento e o estilo de vida ocidentais, por exemplo. Seu tom é otimista, mas não vago. Apontam-se horizontes possíveis para a efetivação da sustentabilidade, ante um modelo renovado, integrador, amparado na noção maior de complexidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Brasília: Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BORINELLI, Benilson; LANZA, Fábio. Questão socioambiental, cultura política e cidadania no Brasil. In: SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. *Economia Solidária numa Pluralidade de Perspectivas*. Londrina: UEL, 2011. p. 49-73.

OLIVEIRA, Bernardo; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. *Diálogos com a mãe Terra: sustentabilidade integradora*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pachamama, 2021.

OLIVEIRA, Bernardo Carlos. *Consumo sustentável, o dilema consumo e desenvolvimento sustentável: Um estudo com profissionais de Comunicação e Marketing de Londrina*, PR. 1 ed. Londrina: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

PACHAMAMA. *Sobre nós*. Disponível em: <https://www.pachamamaeditora.com.br/sobre-nos>. Acesso em: 11 Ago. 2023.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. *Economia Solidária em Londrina aspectos conceituais e a experiência institucional*. Londrina: UEL, 2010.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. *Economia Solidária numa Pluralidade de Perspectivas*. Londrina: UEL, 2011.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. *Socioeconomia: solidariedade, economia social e as organizações em debate*. São Paulo: Atlas-Salta, 2014.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. *Pautas para outra sociabilidade*. Londrina: Eduel, 2015.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. *Da economia à ecossocioeconomia: compreender para transformar*. Londrina: EDUEL, 2019.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. *Ética e democracia econômica: caminhos para a socialização da economia*. São Paulo: Ideias e Letras, 2020.

SUPLICY, E. Prefácio. In: SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. *Da economia à ecossocioeconomia: compreender para transformar*. Londrina: EDUEL, 2019. p. 10-13.

Data da submissão: 15-09-2024

Data do aceite: 11-08-2024